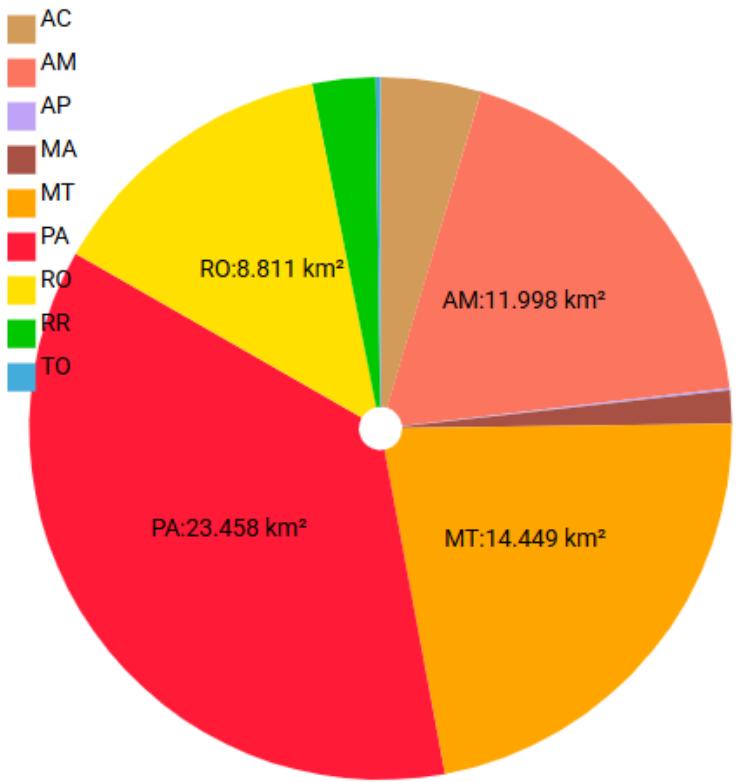


Controle do desmatamento na Amazônia

PPCDAm, ADPF 760, ADPF 743

Desmatamento na Amazônia

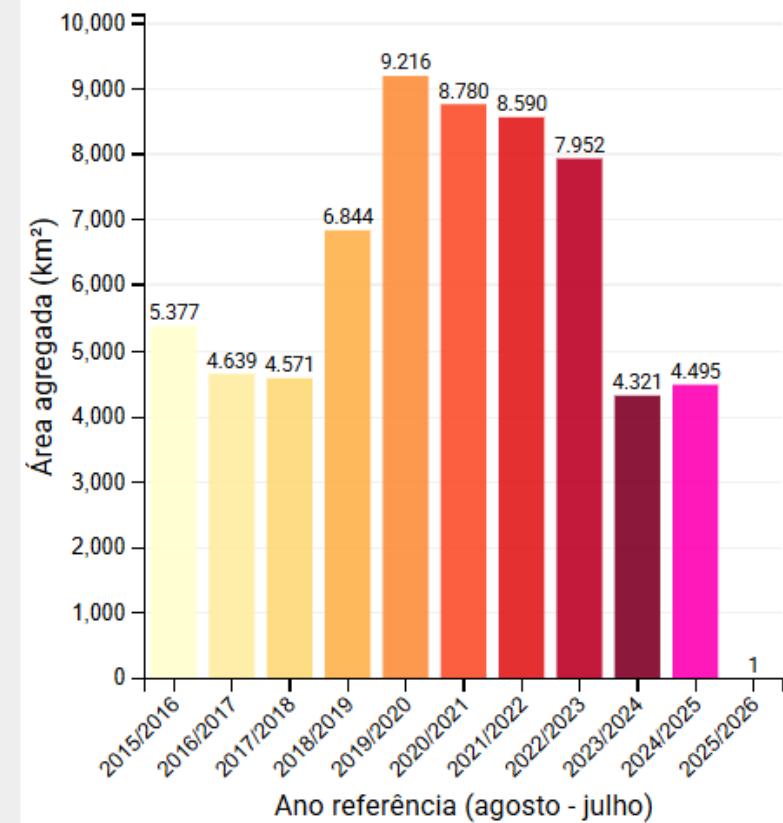
Áreas por estados

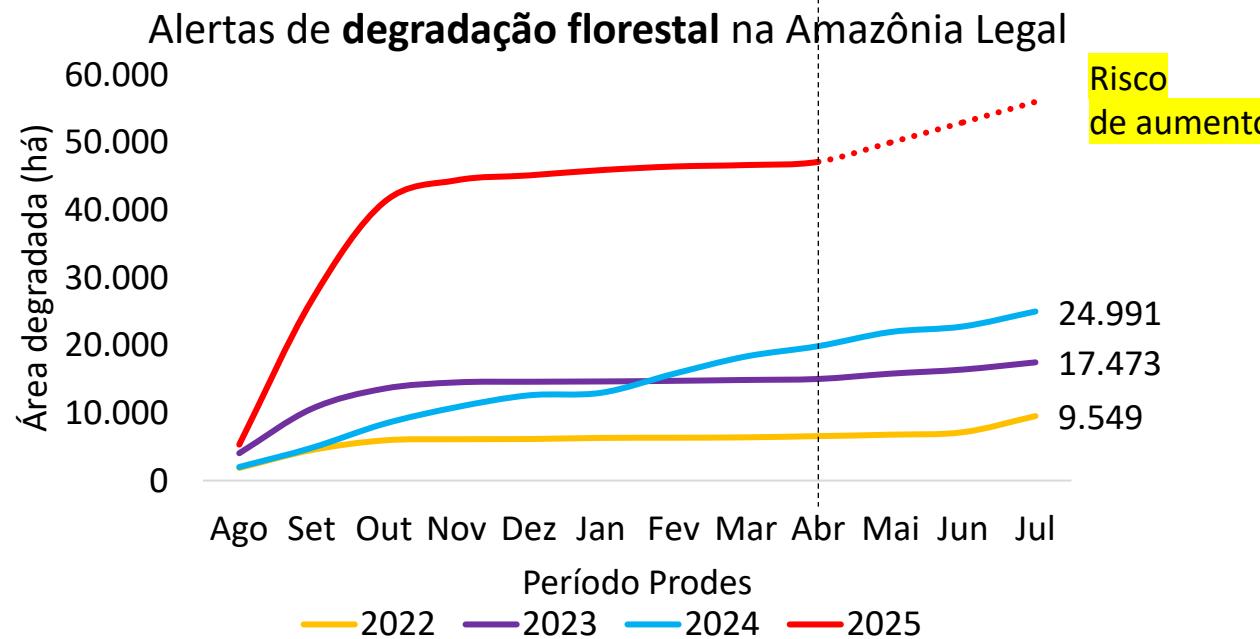
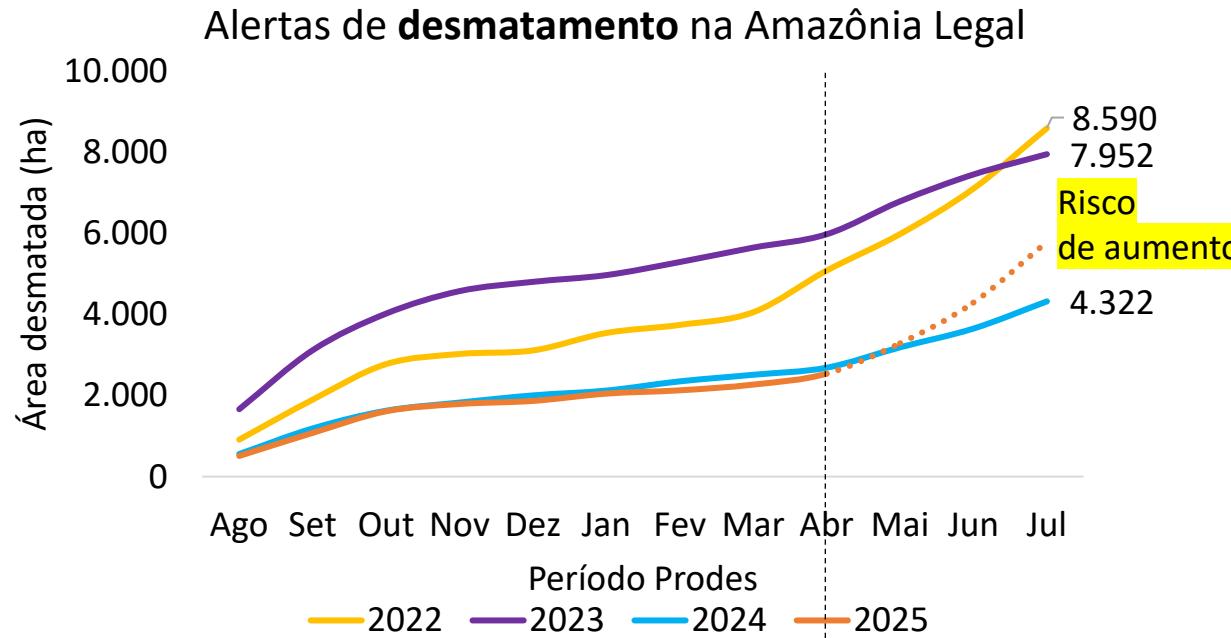


Áreas por classes



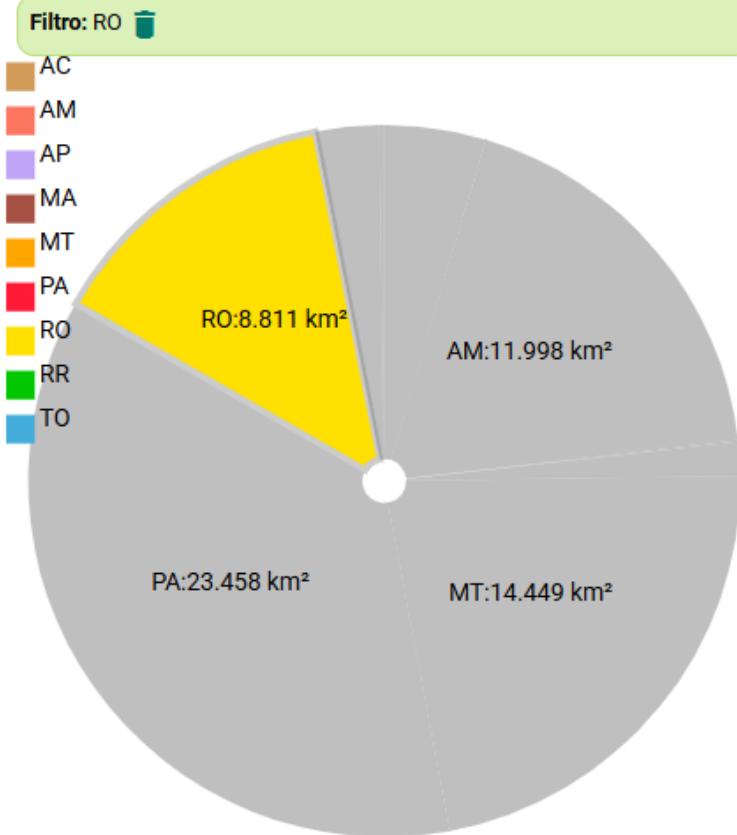
Áreas por anos



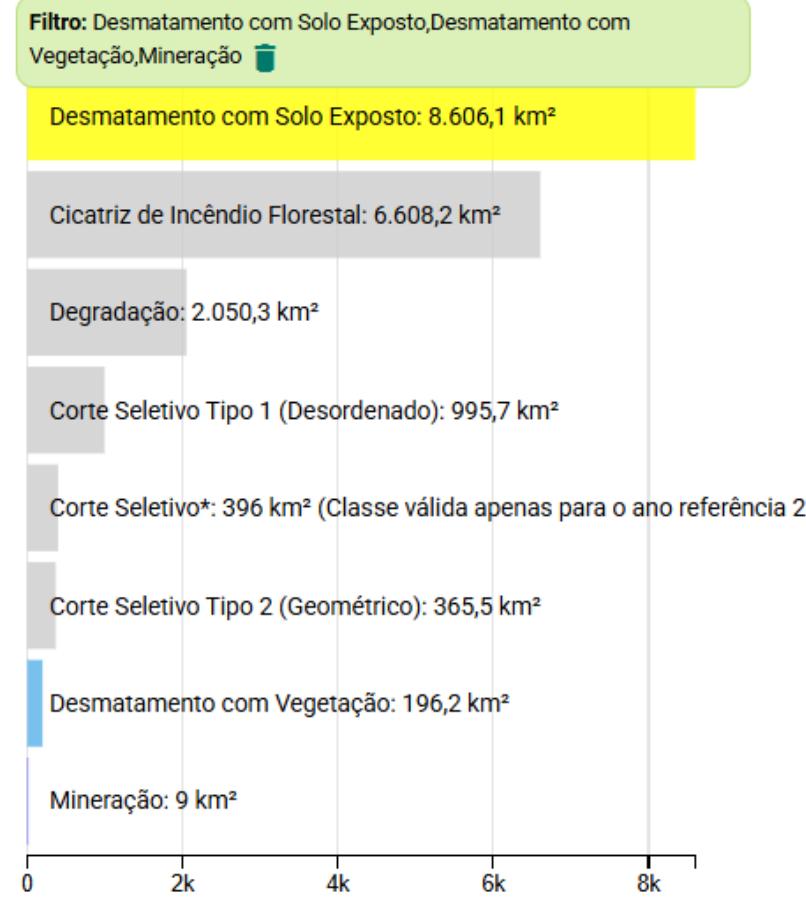


Desmatamento em Rondônia

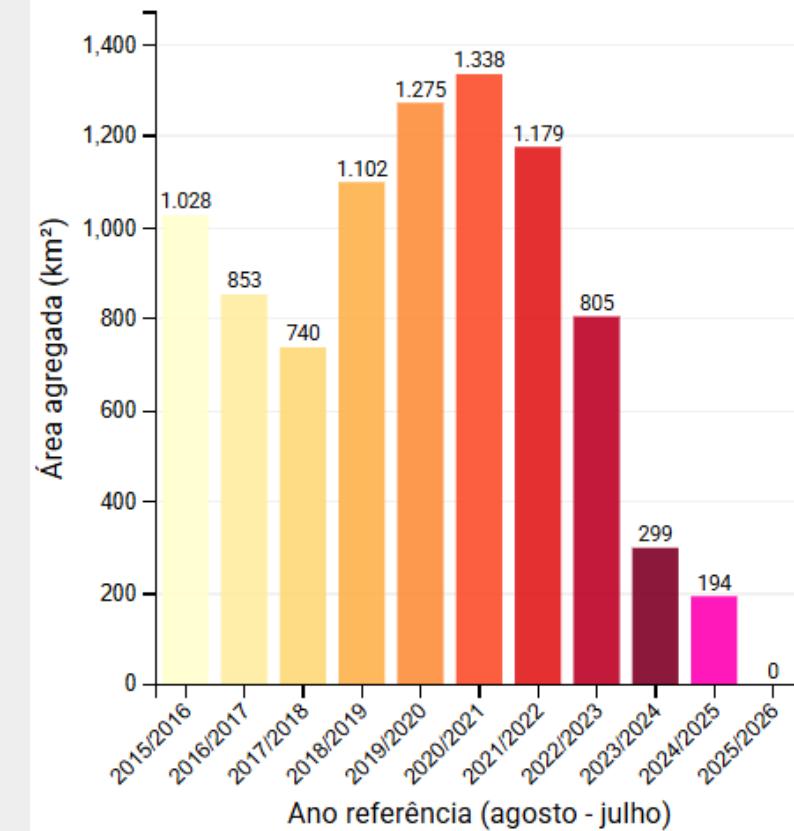
Áreas por estados



Áreas por classes

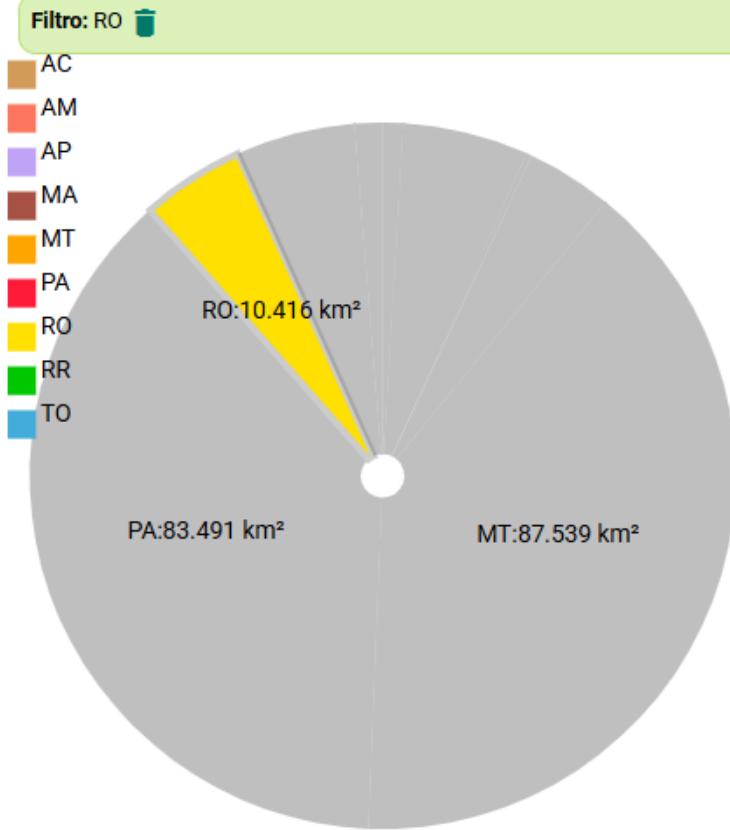


Áreas por anos

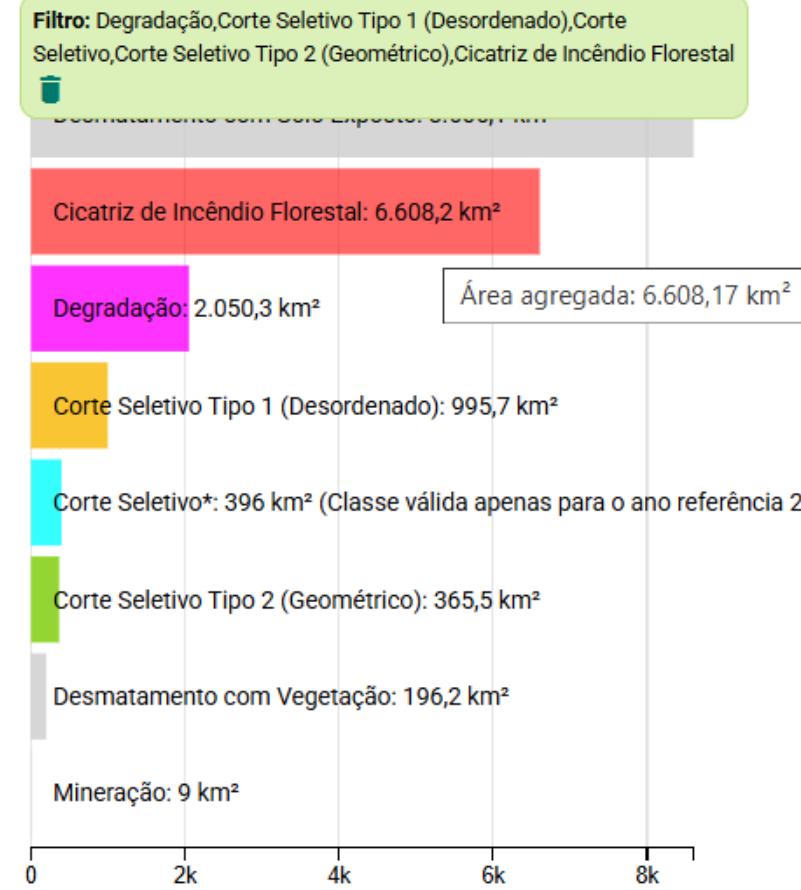


Degradação florestal em Rondônia

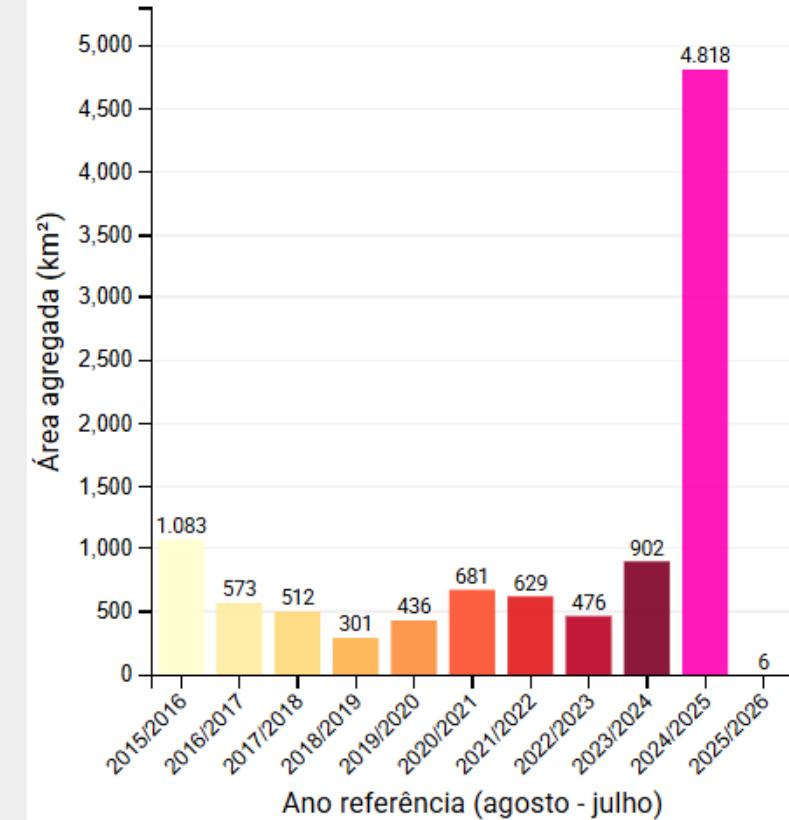
Áreas por estados



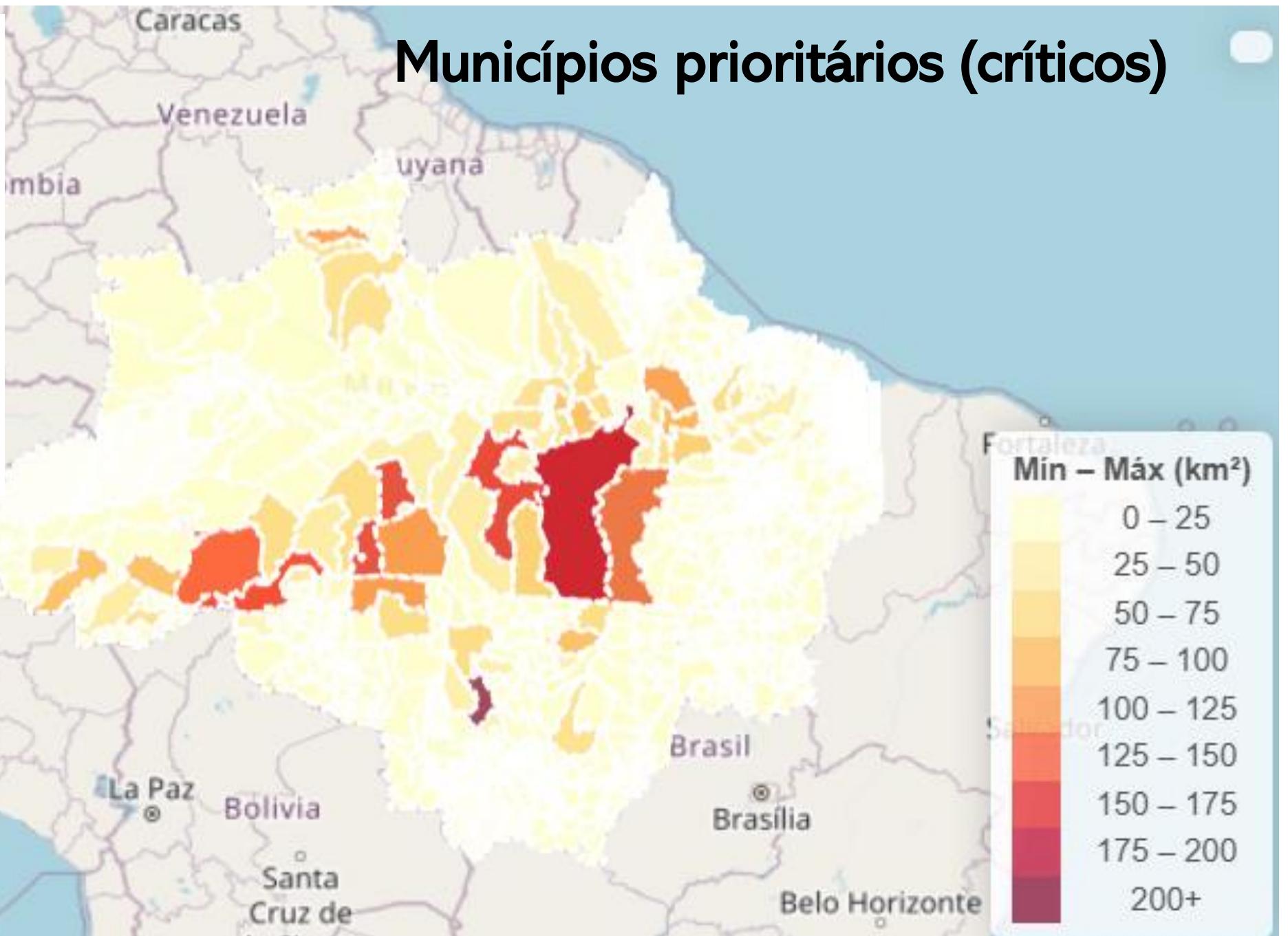
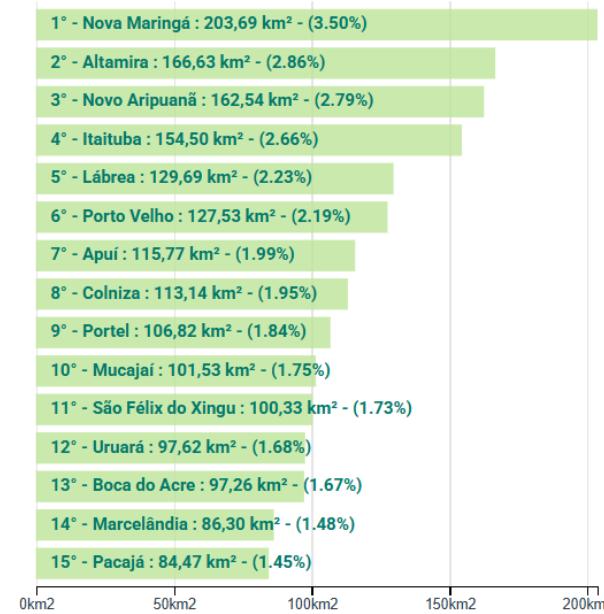
Áreas por classes



Áreas por anos



Incrementos de desmatamento acumulado - Amazônia Legal - Municípios



Sanções e medidas administrativas estabelecidas em leis

Lei 9.605/1998 (Lei de crimes ambientais)

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X – (vetado)

XI - restritiva de direitos.

Sanções e medidas administrativas estabelecidas em leis

Lei 12.651/2012 (Lei de proteção da vegetação nativa)

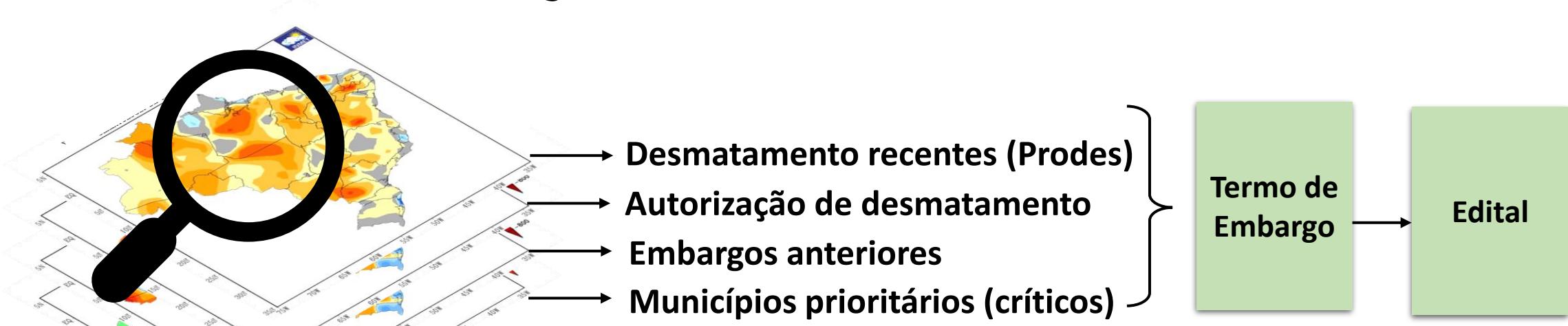
Art. 26. A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no CAR, de que trata o art. 29, e de prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama.

Art. 51. O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em desacordo com o disposto nesta Lei, deverá embargar a obra ou atividade que deu causa ao uso alternativo do solo, como medida administrativa voltada a impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada.

§ 1º O embargo restringe-se aos locais onde efetivamente ocorreu o desmatamento ilegal, não alcançando as atividades de subsistência ou as demais atividades realizadas no imóvel não relacionadas com a infração.

§ 2º O órgão ambiental responsável deverá disponibilizar publicamente as informações sobre o imóvel embargado, inclusive por meio da rede mundial de computadores, resguardados os dados protegidos por legislação específica, caracterizando o exato local da área embargada e informando em que estágio se encontra o respectivo procedimento administrativo.

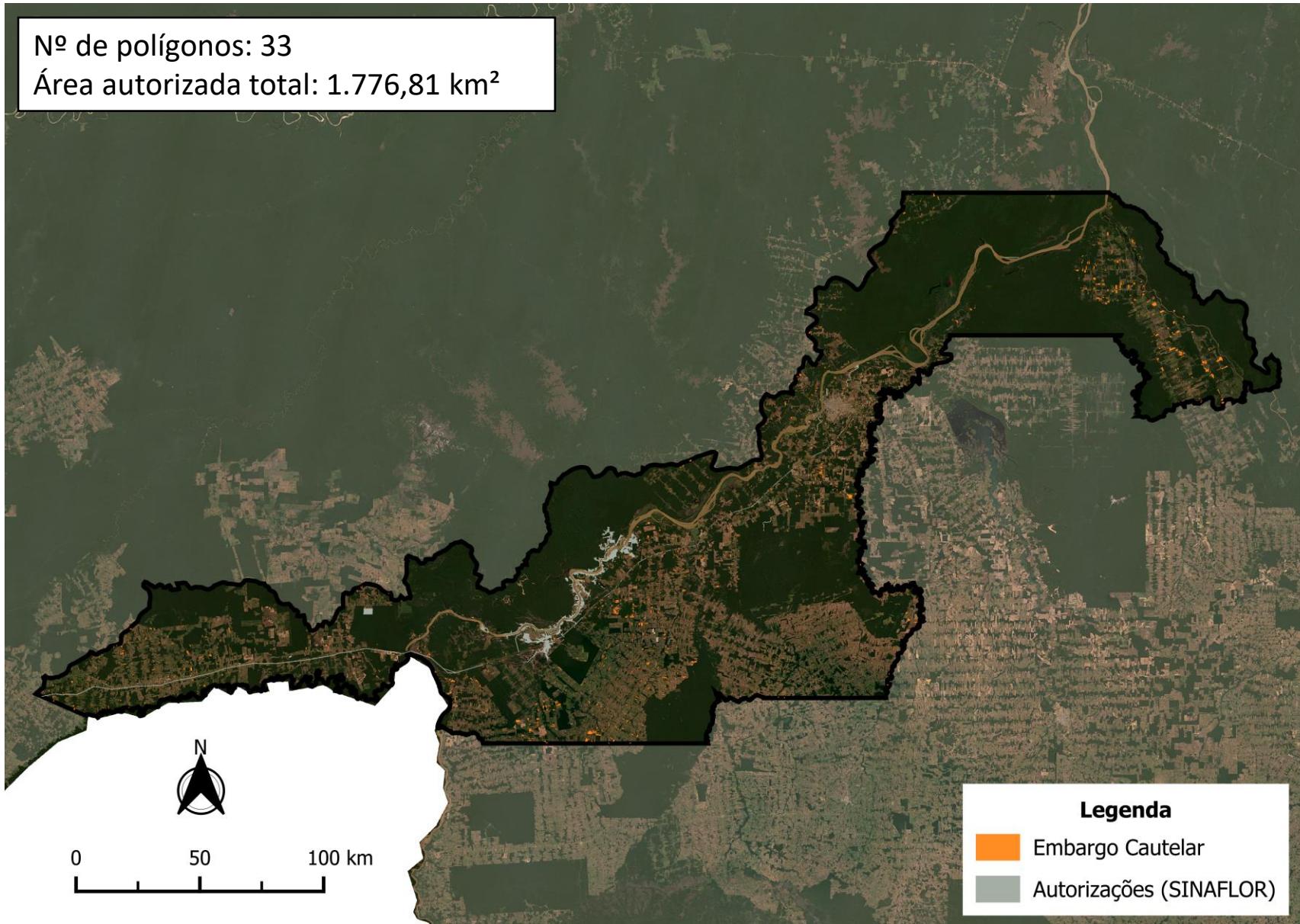
Fiscalização remota do desmatamento



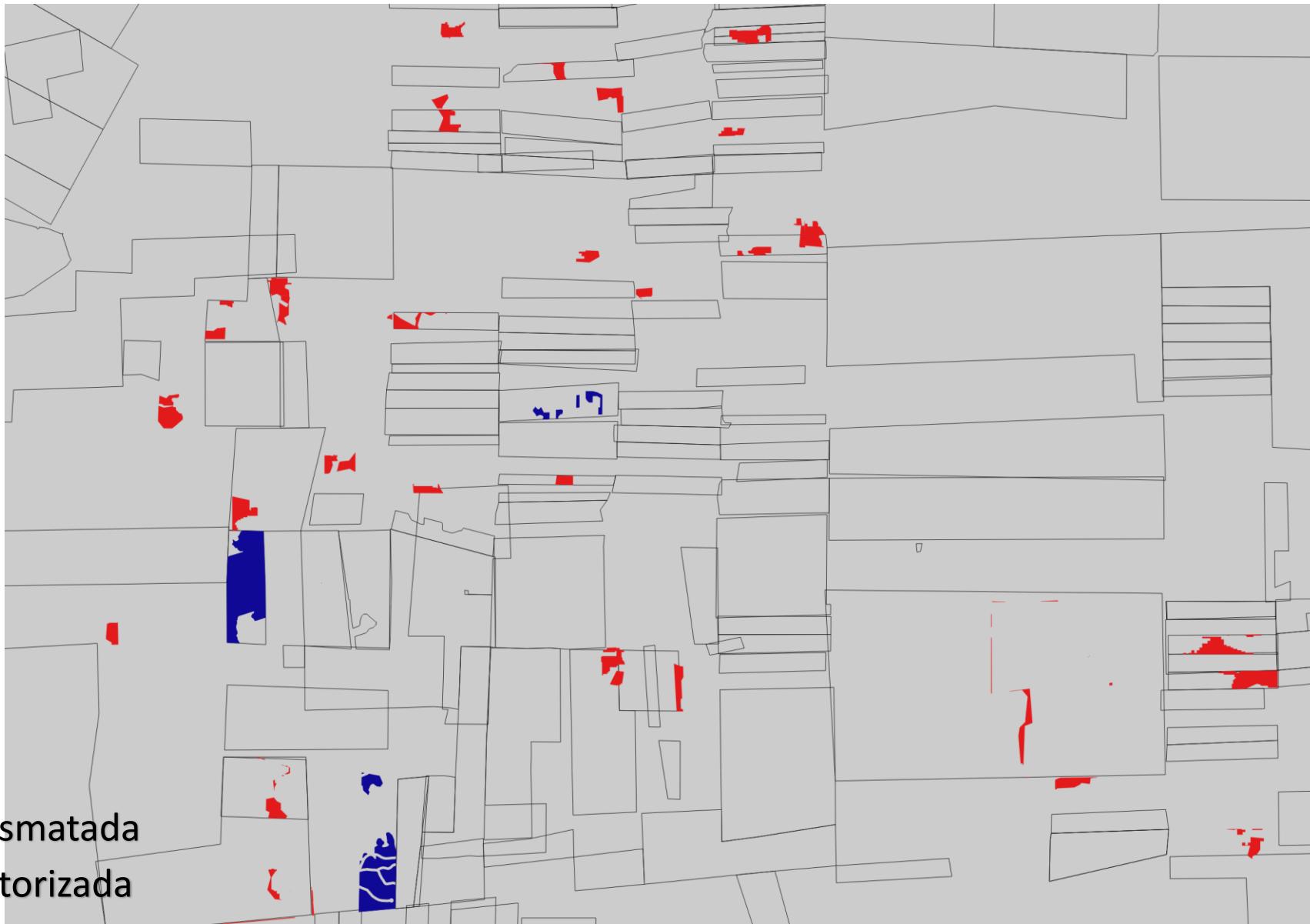
- Embargo remoto por desmatamento ilegal em áreas públicas e privadas.
- Embargos em áreas desmatadas ilegalmente em anos recentes, nos municípios prioritários (críticos) na Amazônia.
- Notificação para não ocupar áreas embargadas (obrigação legal).



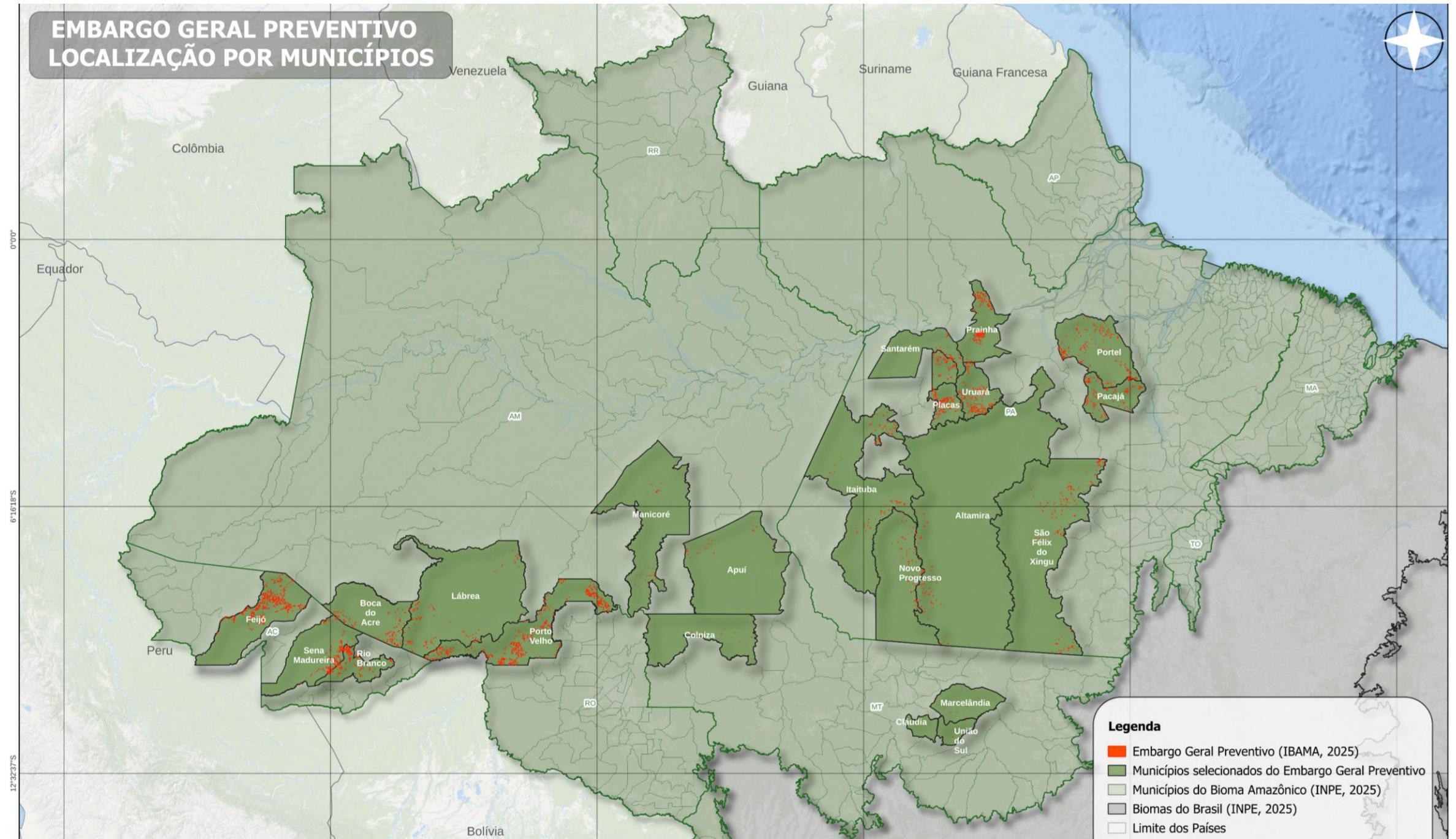
Autorizações de desmatamento informadas no Sinaflor



Exemplo - Áreas autorizadas e desmatamento ilegal



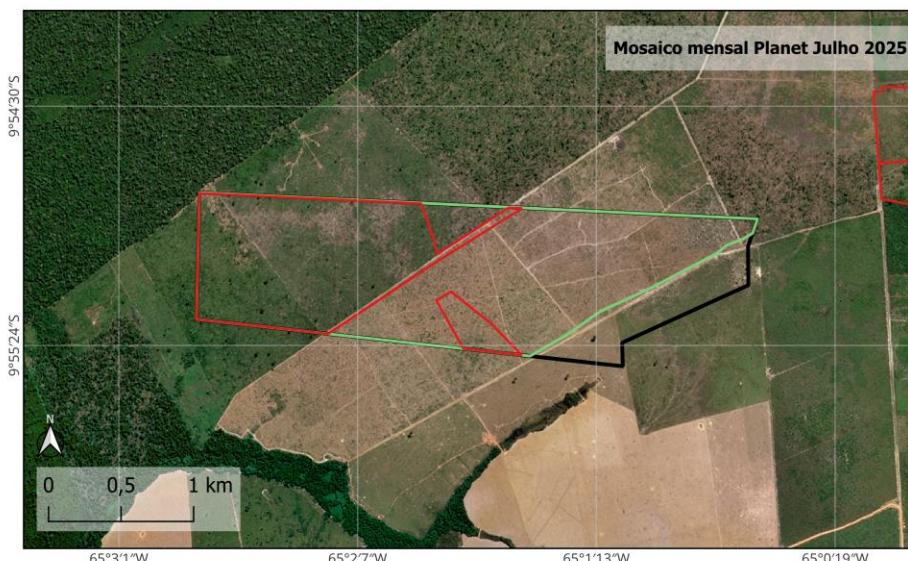
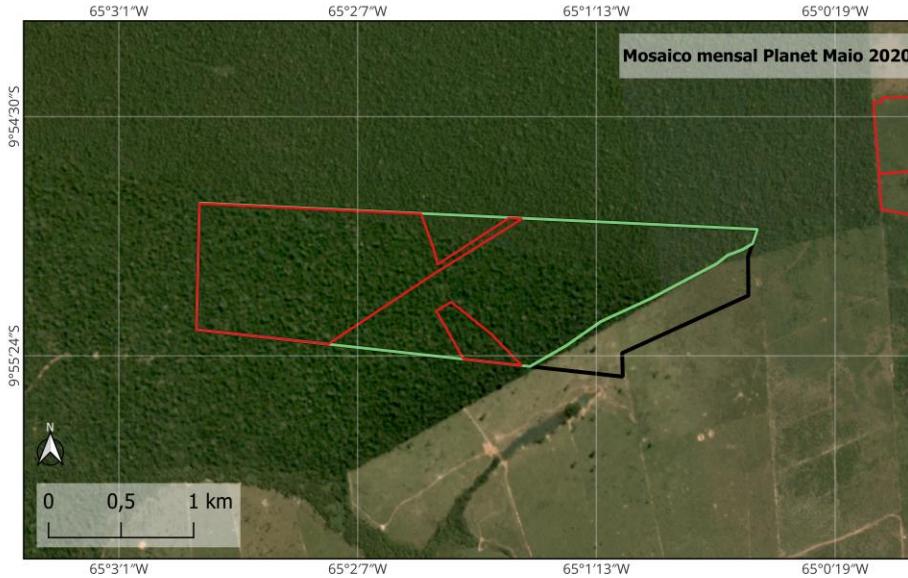
EMBARGO GERAL PREVENTIVO LOCALIZAÇÃO POR MUNICÍPIOS



Legenda

- Embargo Geral Preventivo (IBAMA, 2025)
- Municípios selecionados do Embargo Geral Preventivo
- Municípios do Bioma Amazônico (INPE, 2025)
- Biomas do Brasil (INPE, 2025)
- Limite dos Países

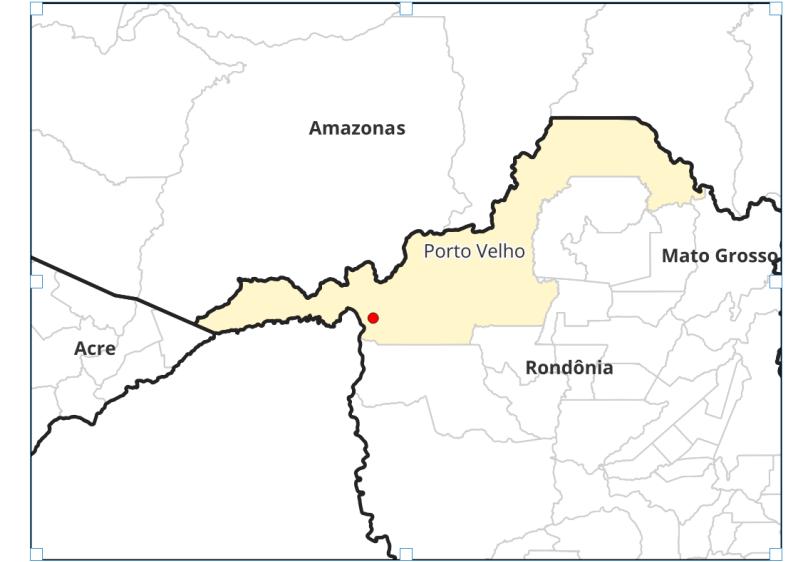
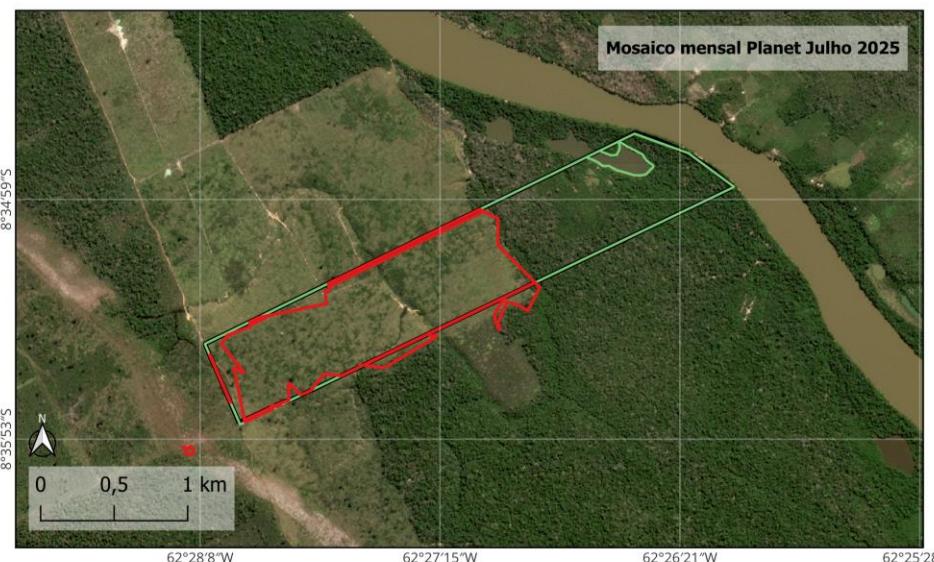
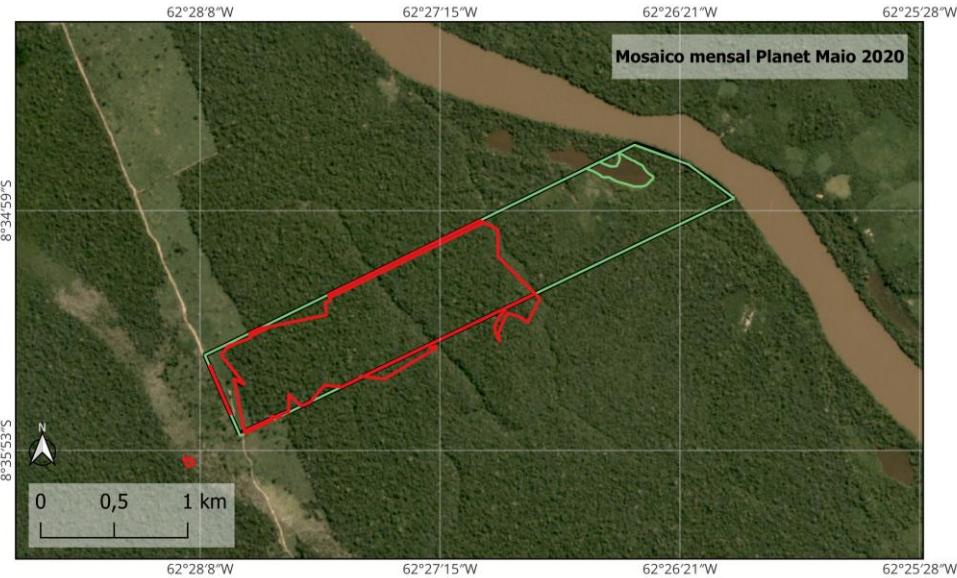
Casos de desmatamento em Reserva Legal



Área desmatada na RL: 143 ha

- Embargo Cautelar
- Reserva Legal (CAR)
- Imóvel rural (CAR)

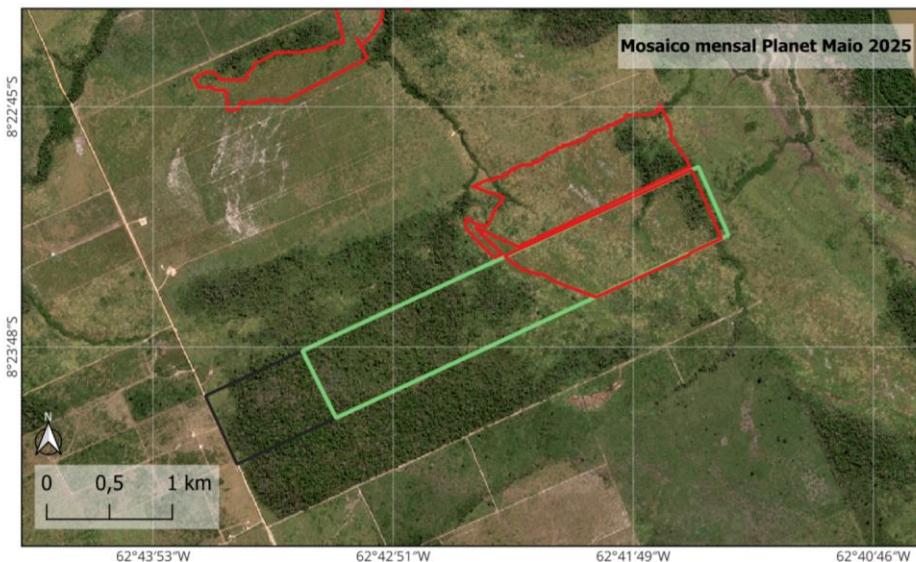
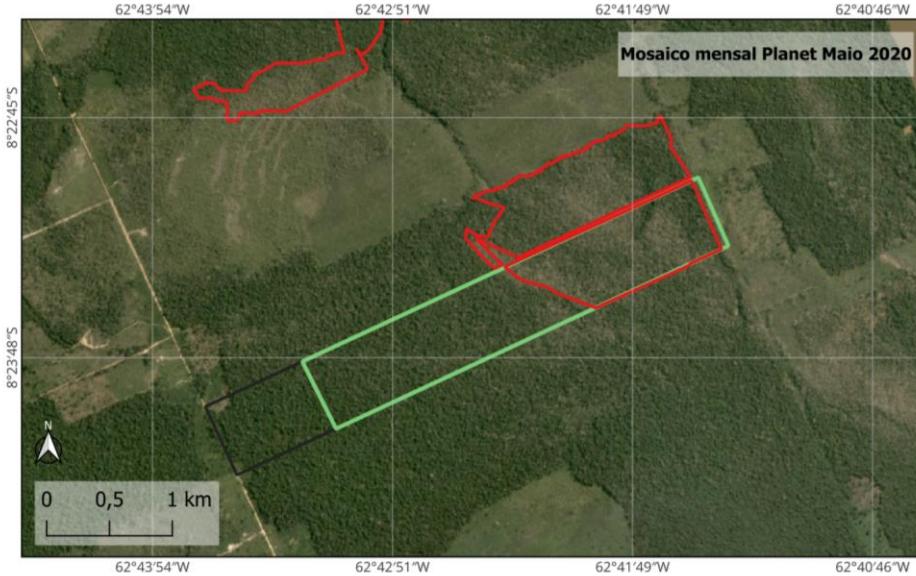
Casos de desmatamento em Reserva Legal



Área desmatada na RL: 120 ha

- Embargo Cautelar
- Reserva Legal (CAR)
- Imóvel rural (CAR)

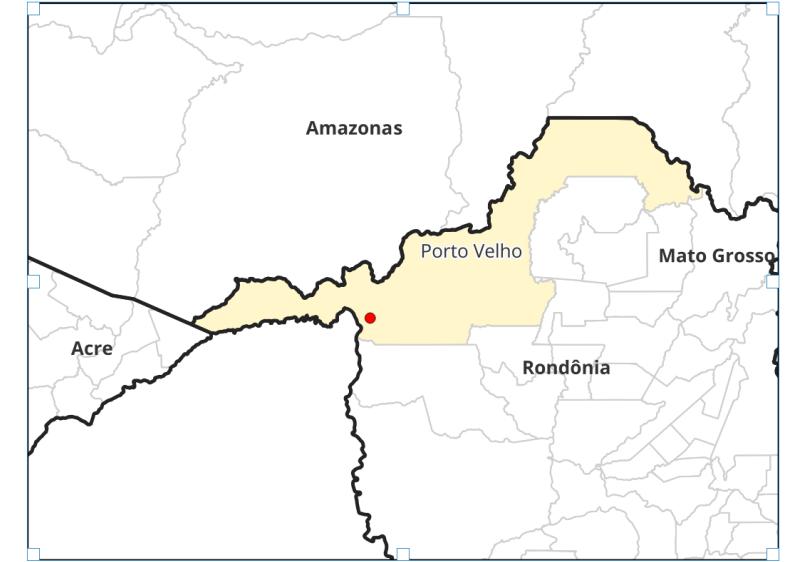
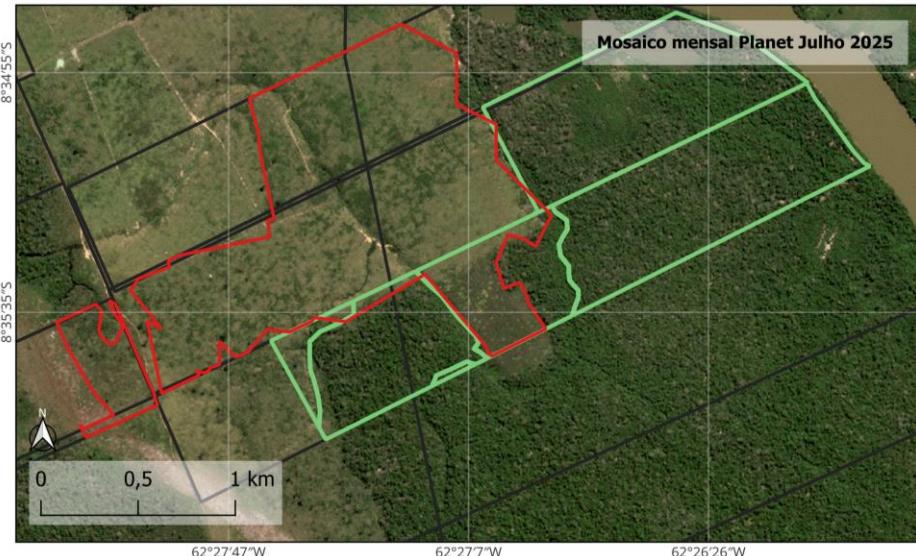
Casos de desmatamento em Reserva Legal



Área desmatada na RL: 84 ha

- Embargo Cautelar
- Reserva Legal (CAR)
- Imóvel rural (CAR)

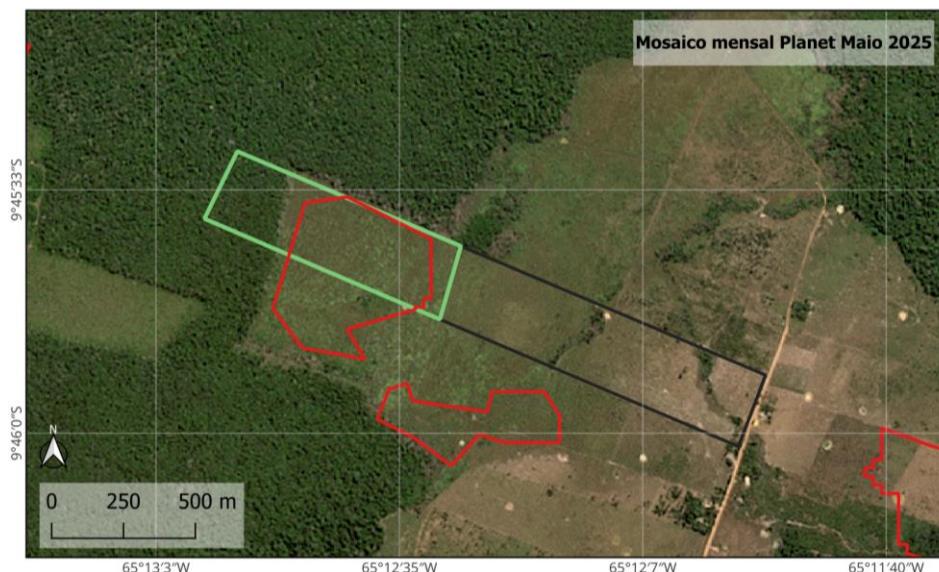
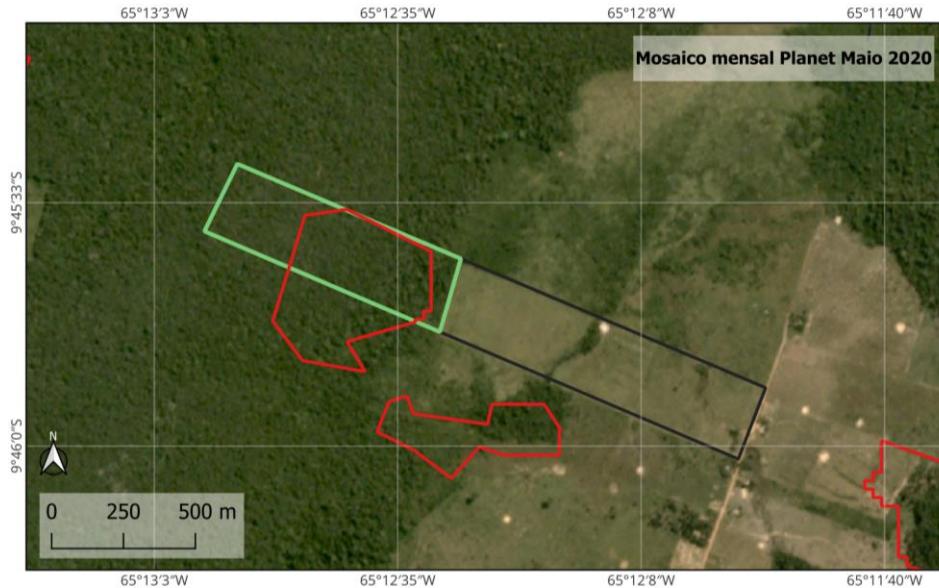
Casos de desmatamento em Reserva Legal



Área desmatada na RL: 25 ha

- Embargo Cautelar
- Reserva Legal (CAR)
- Imóvel rural (CAR)

Casos de desmatamento em Reserva Legal



Área desmatada na RL: 21 ha

- Embargo Cautelar
- Reserva Legal (CAR)
- Imóvel rural (CAR)

Obrigado.